

Cobertura da Previdência Social cresce 5% no Piauí

(NÃO ASSINADO)

Apesar de 24,4% dos trabalhadores ainda estarem sem cobertura da Previdência Social, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2008 mostram que o Estado registrou crescimento de 5% frente a 2007, sendo uma das maiores taxas entre os nove Estados do Nordeste. Na região foi registrado uma média de crescimento de 12,1%.

O benefício da Previdência Social, em função da renda transferida a aposentados e pensionistas, garantiu ao Piauí a terceira colocação ainda entre os estados que possuem o maior índice de redução da pobreza na região Nordeste. O Estado alcançou a taxa de 13,2%, sendo praticamente o mesmo percentual de redução da pobreza do Ceará que ficou com 13,3%. No topo da lista aparece a Paraíba que apresentou a taxa de 16,2% contra 13,8% do Rio Grande do Norte. O índice médio do país é de 12%.

Segundo informações do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) no Piauí a taxa de crescimento da cobertura previdenciária piauiense é atribuída, além da oferta de vagas com carteira assinada, a descentralização de algumas ações do INSS em parcerias com os órgãos federais instalados no Estado como Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Ministério do Desenvolvimento Agrário, prefeituras, ongs e de sindicatos de aposentados especiais como pescadores e de trabalhadores rurais, que agilizou o atendimento de aposentadorias.

De acordo com os dados do Ministério da Previdência Social, mensalmente são injetados na economia do Estado R\$ 278 milhões em pagamento de benefícios. No Piauí, a média dos valores pagos aos segurados rurais é 42,5% maior que da zona urbana devido ao tempo de contribuição. Os 375 mil da zona rural recebem R\$ 114,4 milhões contra R\$ 72,8 milhões de 494 mil na cidade. O benefício que mais atende aos rurais é a aposentadoria por idade, repetindo um padrão de toda a região Nordeste.

Conforme os números da FGV, se não houvesse pagamento de benefícios previdenciários ou assistenciais, 42,4% da população, ou 79 milhões de pessoas, estariam abaixo da linha da pobreza no país, independente da idade. Já com os benefícios previdenciários, o percentual cai para 30,3%, garantindo melhor renda a 56 milhões de brasileiros. É considerado abaixo da linha de pobreza quem tem renda domiciliar per capita inferior a meio salário mínimo, segundo aponta a FGV.